

COLONIZAÇÃO E/OU IMIGRAÇÃO: IMAGINÁRIOS E ESTEREÓTIPOS QUE INCIDEM NO ENSINO DE ALEMÃO NO BRASIL

CARMEN ZINK BOLOGNINI
GABRIELE C. SCHUMM

Universidade Estadual de Campinas
carmen@unicamp.br

Introdução

Na sala de aula de língua estrangeira, professores e alunos trabalham constantemente com estereótipos a respeito tanto do país de origem dos alunos, como do país-alvo. W. Sauer¹ (1991) afirma, inclusive, que é impossível não trabalhar com estereótipos nesse contexto. Fala-se do país-alvo e de seus falantes como se eles formassem um bloco único, regido por comportamentos padrões. Entretanto, como sabemos, as generalizações, as homogeneizações, os estereótipos, enfim, constituem imaginários. Os materiais

didáticos de ensino de alemão como LE tratam, por exemplo, da questão de como os alemães administram o tempo, e não há a menor possibilidade de existir espaço para atrasos nesse contexto. E esse imaginário, ou seja, aquele da pontualidade do alemão direciona as relações de contato entre os alunos-aprendizes e os falantes nativos de tal forma, que a valorização de um comportamento em detrimento do outro é uma constante (cf. Bolognini, C.Z. 2001).

Como se sabe, o Brasil, tal qual o conhecemos hoje, é resultado do encontro de diversas memórias discursivas, de diversas histórias: dos habitantes nativos, dos europeus, dos africanos, e dos asiáticos. Essas memórias discursivas, ao se encontrarem, sofreram deslocamentos, de tal maneira que concordamos com D. Ribeiro (1995), quando este afirma que, com a chegada do europeu ao Brasil, houve uma mudança no rumo da história dos habitantes nativos. A partir da proposta teórica com a qual trabalhamos, essa mudança deve-se ao encontro de discursos diferentes, sendo que um, o do europeu, se impôs perante o do habitante nativo.

A discussão a respeito do processo de colonização desenvolvida por E. Orlandi (1995) demonstra que, devido à história do Brasil, o português falado no país é diferente do português falado em Portugal. As diferenças entre as duas variantes do português, encontradas a nível fonológico, sintático, semântico, pragmático, são explicadas, dentro do quadro teórico da Análise de Discurso, a partir de histórias diferentes, ideologias diferentes. Pode-se concluir, assim, que os próprios portugueses, ao chegarem ao país, tiveram seu discurso afetado por tudo aquilo que é brasileiro: seus habitantes nativos, os africanos, os outros europeus, e, inclusive, o próprio contexto físico.

Esse trabalho objetiva, a exemplo da discussão em torno dos conceitos de imigração/colonização, traçar considerações no sentido de (re)pensar um aspecto tomado por vezes como pressuposto quando a história do Brasil é contada: aquele que também define a posição do sujeito-aprendiz de alemão como LE frente à Alemanha. É a partir dessa posição que a relação de contato do sujeito aprendiz com o falante nativo é determinada. E a posição desse sujeito aprendiz é definida discursivamente, e analisável a partir dos indícios que se encontram na materialidade de seu discurso.

A história do Brasil é contada a partir do olhar do europeu sobre o país, e, de acordo com E. Orlandi (1990), é essa a história que nos constituiu e nos constitui como sujeitos. Portanto, investigar a maneira pela qual esses sujeitos (europeus), que fizeram os sentidos pelos quais nos orientamos, estavam posicionados perante o Brasil, é procurar subsídios para entendermos a nossa própria condição de brasileiros na cadeia discursiva.

Essa compreensão é fundamental para o processo de ensino/aprendizagem de uma LE, pois a posição que o sujeito-aprendiz ocupa perante a língua, cultura, sociedade-alvo, no caso a alemã, está intimamente relacionada com a posição que ele ocupa perante a sua própria língua, cultura, sociedade. Trabalhar os sentidos produzidos em sala de aula a respeito do objeto de estudo, nesse caso específico, os alemães e/ou a Alemanha, implica

trabalhar com sentidos produzidos na Língua Materna, sentidos constitutivos do sujeito. E considerar que os imigrantes/colonizadores não compunham um grupo homogêneo, mas sim, vinham com perspectivas diferentes, estabelecendo relações diferentes com o Brasil, permite também reconsiderar criticamente discursos homogeneizadores a respeito de alemães e/ou da Alemanha.

1. Como a história é contada: um exemplo.

“Santa Catarina, por sua vez, estaria marcada pelas fortes influências da imigração alemã, evidentes principalmente nas cidades de Joinville e Blumenau“ (Pereira et al, 1998: 146). Esse enunciado foi retirado de um material didático de língua materna de ensino de geografia, para a 6a. série do Ensino Fundamental. Esse material, bem como tudo aquilo que é dito/escrito é, por um lado, resultado e, por outro, constitutivo da memória histórica do brasileiro em relação ao alemão. Isso porque todo sujeito é constituído por diversos discursos, que ele coloca em movimento, que ele estabiliza, cada vez que fala/escreve. Portanto, para a AD, o sujeito não é fonte e nem origem dos sentidos que produz, ele tem uma memória histórica, constituída discursivamente, que define o que diz, suas interpretações, sua posição no mundo (cf. E. Orlandi, 1999).

No material, a “influência da imigração alemã” é exemplificada por meio de uma fotografia retratando uma construção, na qual traços alemães podem ser facilmente reconhecidos. Além disso, os autores explicam para seus leitores que há alguns aspectos que marcaram essa imigração, como as propriedades menores do que as de outras regiões do país, trabalho familiar, etc... Na verdade, a questão da “influência da imigração alemã” é fato observável e sempre considerado de importância para a constituição do Brasil, seja ela analisada a partir da história, da geografia, a partir da economia, arquitetura, etc...

Independentemente da posição do sujeito que conta essa história (historiador, geógrafo, etc...), a “influência” é tomada como pressuposto para “alemã”. O que varia nesse enunciado em outros textos didáticos é a palavra “imigração”, substituída por “colonização”, produzindo o enunciado “a influência da colonização alemã”. O uso indiscriminado dos termos colonização e imigração leva a uma homogeneização das relações dos sujeitos oriundos da Alemanha com o Brasil, o que é questionável. Colonização e Imigração trazem em si grandes diferenças. O que pretendemos, aqui, é demonstrar que esses dois enunciados não estão em relação parafrástica, o que implica dizer que eles não são resultados de Ressonâncias Interdiscursivas de Significação (cf. Serrani, 1993) dos mesmos enunciados.

2. Paráfrases, Ressonâncias Interdiscursivas de Significação, sujeitos

S. Serrani (op. cit.) introduz a noção de Ressonância Interdiscursiva de Significação para caracterizar quando há paráfrase entre duas ou mais

unidades lingüísticas, considerando-se paráfrase, aqui, como “retorno constante a um mesmo espaço do dizer” (E. Orlandi, 1999:36). A paráfrase, concebido dessa maneira, está em nível da estabilização, situa-se a nível do Interdiscurso, definido como “a memória discursiva”. O Interdiscurso torna possível todo dizer, sustentando cada tomada de palavra, e é a sua observação que permite, segundo E. Orlandi (op. cit.), remeter o dizer a uma filiação de dizeres e a identificá-lo em sua historicidade, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

O trabalho com essas noções implica o reconhecimento do sujeito como não-intencional, sendo que essa não-intencionalidade se deve ao fato de ele ter sido constituído como tal pelo discurso. É o sujeito que não é a origem nem a fonte dos sentidos que produz, mas sim, o lugar no qual esses sentidos se realizam. A importância do sujeito, para a AD, é dupla. Ele, ao mesmo tempo em que é constituído pelo discurso, é também o responsável por colocá-lo em movimento. Sendo assim, o sujeito é o lugar da estabilização dos sentidos que o constituíram, contribuindo para que eles constituam outros sujeitos.

Os termos “colonização” e “imigração” fazem a história do Brasil, conforme vimos no exemplo extraído do material didático apresentado acima. Eles estão no discurso dos materiais didáticos principalmente quando se discorre sobre a época do Brasil Imperial, que foi o período histórico no qual a vinda de colonizadores/imigrantes ao Brasil ganhou força. Na época, o termo mais utilizado era “colonização”, tanto pelo lado brasileiro (imprensa, documentação oficial), como pelo lado alemão. Existia, por exemplo, uma “*Kolonisationsgesellschaft*”, em Hamburgo, que organizava a vinda dos interessados em se dirigir para o Brasil. O termo “colono”, muito utilizado atualmente ainda para fazer referência no Sul do Brasil aos trabalhadores rurais, tem suas origens nesse período.

Historicamente, o termo “colono” remete a contratos de trabalho: famílias que vinham para produzir bens agrícolas em terras nos estados do Sul do Brasil, região ainda pouco habitada pelos portugueses. Esses sujeitos fundaram vilas, hoje cidades, e deram-lhes nomes. É a partir do estudo de alguns desses nomes que apresentaremos a discussão em torno da diferença entre colonização e imigração.

O gesto de nomear

Ao enunciar, o sujeito está em uma região do interdiscurso. Ele é afetado pelo esquecimento de que fala Pêcheux (1975), segundo o qual ele não é a fonte nem a origem dos sentidos que produz. Como o sujeito não é original, ele é tomado pelos sentidos que o constituíram, e estabiliza esses sentidos em seus enunciados. E isso ocorre também no processo de nomeação.

Ao nomear, segundo E. Guimarães (2000), ocorre um acontecimento discursivo, que é resultado de um recorte no interdiscurso. O nome funciona a partir de uma história de enunciações, de tal maneira que a ideologia

constitutiva do sujeito nomeador está presente no nome escolhido. E essa ideologia, essa história constitutivas do sujeito são estabilizadas cada vez que o nome é colocado em movimento. Em se tratando da nomeação de vilas, cidades, etc..., a escolha é definida pela posição que o sujeito nomeador ocupa na cadeia discursiva, e essa escolha irá definir também qual seria a posição ocupada na cadeia discursiva do objeto nomeado. O gesto de nomear dá indícios não só da posição do sujeito nomeador, mas também da posição que esse sujeito espera que o objeto nomeado tenha no ambiente sócio-cultural no qual ele está inserido.

Os nomes e suas interpretações

Estaremos analisando 4 nomes, “Novo Hamburgo”, “S. Leopoldo”, “Blumenau” e “Entre Rios”. A opção por esses nomes foi feita de maneira a ilustrar diferentes perspectivas dos sujeitos que vieram para o Brasil.

Novo Hamburgo é um nome composto de um adjetivo, “Novo”, e um substantivo próprio, “Hamburgo”. O substantivo próprio já designa uma cidade na Alemanha, “Hamburg”, uma das maiores cidades do país, e de grande importância, por ser portuária. De Hamburg partiram muitos imigrantes/colonizadores para o Brasil, e a companhia que organizava esse grupo estava localizada nessa cidade. Ao nomear a vila/cidade fundada aqui no Brasil com o nome “Novo Hamburgo”, o(s) sujeito(s) demonstra(m) seu vínculo e seu comprometimento com o local de origem. A vila/cidade fundada no Brasil é uma extensão daquilo que já existe na Alemanha, “novo”, por estar em um outro lugar, por estar em um outro país. Esse país, no caso o Brasil, aparece, portanto, no adjetivo “novo”: um outro país, cujo nome, entretanto, não é mencionado. O adjetivo não está presente no nome da vila/cidade por ela estar no Brasil, mas sim, por estar em outro lugar que não a Alemanha. Essa nomeação indica que a posição na cadeia discursiva dos sujeitos imigrantes/colonizadores em relação à Alemanha continua sendo de pertencimento. Eles, na verdade, se deslocaram geograficamente, mas o deslocamento ideológico é de outra natureza. Sua posição em relação ao Brasil é de colonizadores, daqueles que são afetados, de alguma maneira pelo que é brasileiro, mas que mantém uma posição marcada de distanciamento.

S. Leopoldo e Blumenau, por outro lado, apontam para posições de sujeito diferentes na cadeia discursiva daquelas do grupo anterior. Esses dois nomes se referem aos sujeitos que viabilizaram a vinda do grupo de colonos/imigrantes ao Brasil. S. Leopoldo faz referência à Imperatriz Leopoldina, austríaca, esposa de D. Pedro I, e que foi uma grande incentivadora da vinda de sujeitos falantes de alemão para o país. Blumenau é o nome do sujeito que veio em uma expedição e fundou a cidade do mesmo nome, e que também ficou no Brasil. São nomes que indicam um comprometimento tão forte com aqueles que possibilitaram a colonização/imigração, que seu gesto é estabilizado ao terem seus nomes nas vilas/cidades fundadas. Os sujeitos nomeadores valorizam, aqui, o que lhes é oferecido.

Esse gesto os coloca na posição de sujeitos gratos àqueles que viabilizaram a sua vinda ao país, sujeitos não-brasileiros, mas vinculados ao Brasil.

Entre Rios é uma cidade fundada na segunda metade do século XX por cerca de 500 imigrantes alemães. A cidade fica localizada em uma região pela qual passam dois rios, e é essa a origem de seu nome. A cidade é muito recente, e a opção pelo nome talvez possa ser explicada por ter sido fundada por imigrantes que passaram a Segunda Guerra Mundial na Alemanha, e que estivessem realmente interessados em imigrar, em mudar de país. Deslocamentos na posição dos sujeitos em relação à Alemanha levariam a, automaticamente, uma perspectiva imigratória para com o país-alvo.

Conclusão

O trabalho em sala de aula de ensino de LE merece muita atenção por parte do professor. Sua tendência, conforme comentado acima, é o de trabalhar com estereótipos a respeito do povo e do país-alvo. Estereótipos que constituem, por meio do discurso, a memória histórica dos brasileiros. Essa memória histórica, constituída entre outros, pelos diversos discursos que circulam a respeito dos alemães e da Alemanha, na imprensa, e nos materiais didáticos como o livro citado, atua na sala de aula de LE. E atua também no momento em que os brasileiros forem estabelecer relações de contato com os alemães.

Se o que é ensinado é que a região Sul do país é desenvolvida (critério da economia), e se é enfatizado que houve “influência alemã” nesse processo, a relação entre alemão e desenvolvimento fica automaticamente estabelecida. Entretanto, principalmente em se tratando da relação de contato entre o Brasil, país que foi colônia, e a Alemanha, país dos quais vieram muitos colonizadores/imigrantes, é importante que as diferenças entre os sujeitos sejam ressaltadas. Os sujeitos alemães que vieram para o Brasil são interpelados por discursos diferentes, como o atesta o gesto de nomeação que fizeram ao chegar ao Brasil. A relação entre ser imigrante, ou ser colonizador não é parafrástica, os dois termos não fazem ressonâncias interdiscursivas de significação. As posições dos sujeitos são diferentes na cadeia discursiva, o que implica o estabelecimento de relações de contato com brasileiros e com o Brasil a partir de pressupostos diferentes.

Houve, no mínimo, dois grupos diferentes: aqueles que imigraram, procuraram integração, aprenderam o novo idioma, estavam interessados em um deslocamento. Houve outro grupo, daqueles que foram colonizadores, que sofreram deslocamentos também, porque o Brasil, o português fazia parte de seu cotidiano. Entretanto, a resistência à integração era maior, e essa resistência deve ter se manifestado em diversos contextos (econômico, político, religioso).

O estudo dos nomes dados às cidades/vilas fornecem indícios de que há uma impossibilidade de homogeneização, e que toda e qualquer análise crítica de enunciados que tratem de forma estereotipada de relações de contato entre povos em sala de aula de LE é fundamental. Nós, professores

de LE, ao lidarmos com culturas em contato, estamos lidando com histórias em contato, e com ideologias em contato, e isso merece atenção.

Tratar as diferenças em sala de aula é uma maneira de se aprender a lidar com diferenças. E lidar com diferenças é, na verdade, a essência do trabalho do professor de línguas estrangeiras.

NOTA

1 Colóquio apresentado na Universidade de Dortmund.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bolognini, C. Z. (2001) “Tempo, história e ideologia”. In *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. n. 6 pp 73-83 Pontes, Campinas.
- Guimarães, E. (2000) “Sentido e acontecimento Um estudo do nome próprio”. Mimeo Unicamp.
- Orlandi, E. (1983) *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Orlandi, E. (1995) “A Língua Brasileira”. In *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 23 pp. 29-37.
- Orlandi, E. (1999) *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi, L. Chacon, M. Corrêa e S. Serrani (1988). Campinas Unicamp.
- Pereira, D.A. C. ; Santos, D, & Carvalho, M.B. (1998) *Geografia Ciência do Espaço Um lugar chamado Brasil*, 6.série. São Paulo: Atual.
- Ribeiro, D. (1995) *O Processo civilizador brasileiro*. Rio de Janeiro: Mercado das Letras.
- Serrani, S.M. (1993) *A Linguagem na Pesquisa Sócio-cultural*. Campinas: Ed. da Unicamp.